

Burocracia trava projeto do Ibama para converter multas bilionárias

Conversão de multas bilionárias em recuperação ambiental trava no Ibama

Por causa de problemas administrativos e complexidade financeira, apenas R\$ 113 milhões foram efetivamente transformados em projetos de restauração da natureza

André Borges

BRASÍLIA O plano de restauração ambiental mais ambicioso do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que previa a conversão de multas bilionárias em projetos de recuperação da fauna e flora, está emperrado em um emaranhado de burocracias administrativas e limitações de pessoal.

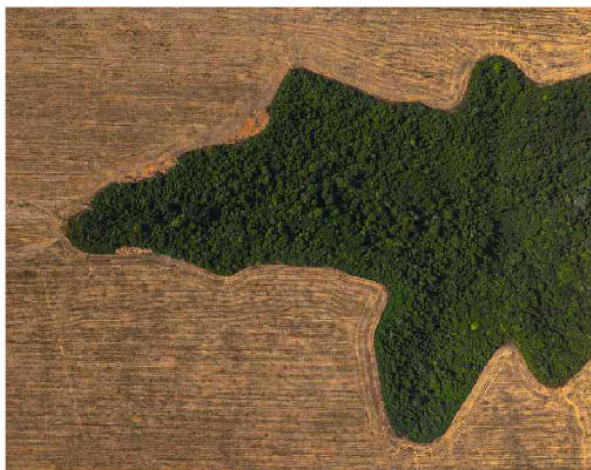
A criação da iniciativa de conversão de multas em programas e serviços ambientais foi apresentada pelo Ibama como a solução para seu passivo de mais de 200 mil multas ambientais, que somam cerca de R\$ 30 bilhões, conforme dados de 2023.

Em média, menos de 5% dessas autuações são pagas pelos infratores. Os processos acabam mergulhados em intermináveis recursos administrativos e judiciais, sem que o pagamento ocorra efetivamente —isso quando a multa não prescreve.

Com o programa do Ibama, a multa pode ser trocada por algum projeto de preservação, melhoria ou recuperação ambiental. Como contrapartida, o autuado tem a multa reduzida em até 60%, conforme o tipo de adesão que fizer e o prazo de recurso da infração.

Ao assumir o comando do Ibama no início do governo Lula (PT), o presidente do órgão, Rodrigo Agostinho, disse que o programa seria o principal instrumento de restauração e preservação do país.

Em março do ano passado, o advogado-geral da União, Jorge Messias, aprovou pareceres que permitiram a cobrança de R\$ 29,1 bilhões em multas ambientais aplicadas pelo Ibama, mas barradas pelo governo Jair Bolsonaro (PL) sob o argumento de prescrição. Isso permitiu



Área de preservação da Amazônia Legal e plantações de soja. Danilo Verpa - 24.Ago.24/Folhapress

que o órgão ambiental revertesse possível anulação das multas.

Em junho do mesmo ano, o Ibama publicou um decreto para acelerar os resultados do programa por meio de um formulário online de adesão que promete reduzir "o tempo do processo de conversão de multas de anos para poucos minutos".

Dois anos depois, as conversões seguem em marcha lenta, com avanços pontuais e sem o ganho de escala que se esperava.

Só seis projetos estão em andamento. Quatro somam R\$ 113 milhões — para os outros dois, não há valores fixados. Se considerados os R\$ 30 bilhões em multas empilhadas no Ibama, a cifra convertida não chega a 0,5% do total.

Os projetos em curso se referem a ações institucionais criadas pelo próprio Ibama, como o apoio aos Cetas (Centros de Triagem de Animais Silvestres) e o programa Quelônios da Amazônia. O órgão aprovou ainda a restauração de flora ameaçada de extinção na mata atlântica em Santa Catarina e a recomposição da vegetação na bacia do rio Urucuaia, entre Minas Gerais e Goiás.

Outros dois projetos mais recentes passaram a ser tocados pelo órgão com recursos de conversão, como o salvamento de animais na tragédia climática do Rio Grande do Sul e as queimadas que assolaram o Pantanal.

Grandes iniciativas que estavam planejadas e chegaram a ser

anunciadas, como a retomada do edital de restauração dos rios Rio São Francisco e do Parnaíba, que envolveriam 33 projetos e a conversão de R\$ 4 bilhões em multas, não aconteceram até hoje.

A Folha apurou que o principal gargalo do programa está atrelado à complexidade financeira. Falta definir bancos parceiros para intermediarem os repasses das empresas, para bancar os projetos que passam por análise e aprovação do Ibama.

Nos últimos meses, conversas com a diretoria do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal tentaram definir um "produto" que viabilize o trâmite, mas nenhum acordo foi efetivado.

Questionado, o Banco do Brasil disse que a solução está em fase de estudo.

Já a Caixa afirmou que "atua em parceria com o Ibama na construção de soluções financeiras".

Responsável pela DBFlo (Diretoria de Biodiversidade e Florestas) do Ibama, Lívia Karina Passos Martins disse que a definição dos trâmites financeiros teve de passar pelo crivo do TCU (Tribunal de Contas da União).

O modelo já está definido e, segundo ela, haverá anúncio formal de parceria com uma instituição financeira ainda em dezembro.

"Houve certa demora para resolver essa questão, porque os bancos não tinham serviço adequado para atender a conversão de multas. Passamos esse tempo discutindo isso com os bancos. Nesse momento, a proposta é analisada pela procuradoria. Em breve, isso estará resolvido."

Ainda em dezembro, diz, o Ibama deve publicar novo edital para empresas interessadas em aderir ao programa. Há previsão de, pelo menos, mais R\$ 100 milhões em novos projetos.

Os programas em andamento são os que o Ibama define como de modalidade indireta, em que o órgão pode executar projetos, e o autuado financia a entrega de insumos, materiais ou equipamentos, e permite o financiamento da prestação de serviços ou execução de obras civis. A segunda modalidade, emperrada, é de conversão direta, com análise e aprovação do Ibama.

60% é o percentual máximo que o autuado pode ter na redução das multas ambientais com adesão aos programas do Ibama

6 é o número de projetos que estão em andamento e converteram parte das multas em compensações ambientais

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Ambiente Caderno: A Página: 34